



Câmara Municipal de  
**Careacú**  
CNPJ: 19.036.474/0001-11

**PROJETO DE LEI Nº 07 DE 03 DE MARÇO DE 2022**

***ALTERA A LEI N.º 1490/2015 QUE “INSTITUI O VALE-ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAREACÚ/MG E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”***

**Autoria da Mesa Diretora:** José Chamir de Oliveira – *Presidente*  
Benilda de Melo Azevedo – *Vice-Presidente*  
Karen de Campos Maia – *Secretária*

**Art. 1º** O artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.490 de 29 de setembro de 2015 passa a ter a seguinte redação:

**Art. 2º** O valor unitário do benefício previsto nesta Lei é de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser reajustado anualmente pela Mesa Diretora, na mesma data em que ocorrer a revisão geral anual dos vencimentos e salários da Câmara Municipal, de acordo com o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) ou outro que venha a substituí-lo.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03 de Março de 2022.

  
José Chamir de Oliveira  
Presidente da Mesa Diretora

  
Benilda de Melo Azevedo  
Vice-Presidente da Mesa Diretora

  
Karen de Campos Maia  
Secretária da Mesa Diretora



Careacú, 03 de Março de 2022.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Careacú, MG apresenta nesta oportunidade o presente projeto de lei para a devida apreciação e aprovação, com a seguinte **JUSTIFICATIVA**:

Os servidores públicos do Poder Legislativo já foram contemplados com este importante benefício e atualmente recebem o valor de R\$ 120,77 (cento e vinte reais e setenta e sete centavos).

Contudo, recentemente foi aprovado nesta Casa o projeto de lei concedendo o cartão alimentação para os servidores do Poder Executivo Municipal no valor de 200,00 (duzentos reais).

Nesse sentido, para melhor atender os anseios da administração pública e assegurar tratamento igualitário entre os servidores públicos municipais, obedecendo aos princípios constitucionais da Magna Carta, propomos através deste projeto o aumento do valor do vale alimentação, lembrando que este auxílio não tem natureza salarial e nem se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos, sem qualquer configuração como rendimento tributável ou contribuição previdenciária.

Dessa forma e caracterizando-se a proposição como de natureza essencialmente técnica, tenho a convicção de que esta Câmara dará o seu apoio incondicional, contribuindo para o aprimoramento dos serviços prestados pelos funcionários dessa Casa de Leis.

Assim, esperamos haver justificado o interesse e a conveniência da aprovação deste projeto, agradecendo, ainda, o apoio dos nobres colegas.

  
José Chamir de Oliveira  
Presidente da Mesa Diretora

  
Benilda de Melo Azevedo  
Vice-Presidente da Mesa Diretora

  
Karen de Campos Maia  
Secretária da Mesa Diretora